

SP tem fila para tratamento antifumo

09/04/2009

O Estado de São Paulo

Antes mesmo de a Assembleia Legislativa aprovar um projeto que bane o fumo de lugares fechados, a espera por tratamento - para quem procura se livrar do tabagismo - está entre seis meses e um ano. Duas emendas à lei antifumo paulista preveem a realização de campanhas de conscientização e a obrigação do Estado em fornecer os medicamentos. O problema é que 550 pessoas já aguardam nos dois principais centros de tratamento da capital e faltam remédios, fornecidos pelo governo federal. De acordo com a Secretaria da Saúde, 250 pessoas esperam a abertura de grupos terapêuticos no Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (Cratod). No Instituto do Coração (Incor), ligado ao Hospital das Clínicas de São Paulo, outras 300 esperam o mesmo tratamento.

Os números demonstram ineficiência e sobrecarga na rede de atendimento ao fumante do Estado. No ano passado, de acordo com o Instituto do Câncer (Inca), dos 88 serviços capacitados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para oferecer tratamento completo a quem deseja parar de fumar, apenas 53 ofereceram algum atendimento. De 1.388 pacientes avaliados nas unidades básicas de saúde, apenas 952 passaram pela primeira sessão. A secretaria afirma que o acesso aos serviços cresceu 13,6% entre 2006 e 2007, mas não informa quantos pacientes se tratam hoje nem qual é o tamanho da demanda reprimida. Cada paciente custa, para o governo do Estado, entre R\$ 400 e R\$ 900.

A falta de medicamentos é outro problema crônico entre as instituições, segundo a diretora do Programa de Tratamento do Tabagismo do Incor, Jaqueline Issa. No último trimestre de 2008, nenhum medicamento para tratamento de fumantes foi enviado ao Incor pelo Ministério da Saúde. Em um ano, quando 600 pacientes poderiam ser atendidos, cerca de 400 são acompanhados.

Quando vêm, os remédios não suprem as necessidades: entre julho e setembro de 2008, o governo federal enviou ao Incor 600 comprimidos de Bupropiona (droga que complementa adesivos cutâneos), suficientes para o tratamento de 3 pacientes, num universo de cerca de 90. "Diminuímos as vagas para não interromper o tratamento, o que seria fatal a quem tenta largar o vício", explica Jaqueline. "O sistema de distribuição do ministério é ineficiente. Tem de melhorar, para acompanhar a nova lei."

Para o secretário de Estado de Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, ainda não é possível saber se a demanda crescerá a ponto de precisar ampliar a rede de atendimento. "A entrada em vigor da lei não vai, necessariamente, fazer as pessoas deixarem de fumar."

Essa não é a expectativa de Paula Johns, diretora da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT). Além da aprovação da lei estadual, o aumento no preço do cigarro contribui para que cada vez mais pessoas procurem tratamento. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a cada aumento de 10% no valor dos maços, há decréscimo de 8% no número de fumantes nos países em desenvolvimento. "A demanda vai crescer e será ainda maior do que a oferta do Estado", afirma Paula.

Segundo a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, estudos demonstram que 70% dos fumantes manifestam desejo de largar o vício. A nova legislação, de autoria do governador José Serra, deixa como opção para os fumantes as residências, a rua e as tabacarias. Serra está em viagem, nos EUA, e deverá sancionar a lei em 15 dias.

Você concorda com a lei estadual paulista que veta o fumo em lugares fechados?

Responderam 2.096 pessoas 75% SIM 25% NÃO